

O papel do indivíduo na evolução institucional de Veblen

Ana Carolina Moura¹
Júlio Eduardo Rohenkohl²
Solange Regina Marin³

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir o papel que o indivíduo ocupa na evolução institucional de Veblen. Para isto, foi desenvolvida uma estrutura analítica com base nos trabalhos de Witt (2014), Potts (2003) e Metcalfe (1998), que apresenta as características fundamentais da Teoria Econômica Evolucionária. Essa estrutura está alicerçada na ontologia evolucionária de Dopfer e Potts (2004; 2008), o Realismo Evolucionário. Da sua aplicação na obra de Veblen constata-se que na evolução institucional o indivíduo possui um múltiplo papel, ora atuando como agente através de seus instintos e hábitos, ora sendo moldado pelo ambiente institucional.

Palavras-chave: Economia Evolucionária. Indivíduo. Veblen.

Classificação JEL: B15, B25, B31.

The role of the individual in Veblen's institutional evolution

Abstract: The aim of this paper is to discuss the role that the individual occupies in the institutional evolution of Veblen. For this, we developed analytical framework, based on the works of Witt (2014), Potts (2003) and Metcalfe (1998) that present the fundamental characteristics of Evolutionary Economic Theory. This structure is based on the evolutionary ontology of Dopfer and Potts (2004, 2008), the Evolutionary Realism. From its application in the work of Veblen it is verified that in the institutional evolution the individual has a multiple role, he acts as agent through its instincts and habits, and, at the same time, he is shaped by the institutional environment.

Keywords: Evolutionary Economics. Individual. Veblen.

¹ Mestre em Economia e Desenvolvimento (PPGE&D/UFSC). E-mail: anacarolinamoura00@gmail.com

² Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento (PPGE&D). E-mail: julioroh@gmail.com

³ Professora Doutora do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: solremar@yahoo.com.br

1. Introdução

Thorstein Bunde Veblen (1857-1929) é considerado um dos fundadores do Institucionalismo Original Norte-Americano, acompanhado de Wesley Mitchell (1874-1948) e John Commons (1862-1945), e forneceu grande parte da inspiração intelectual para o institucionalismo (RUTHERFORD, 2001).

As proposições de Veblen destoam do pensamento econômico dominante atualmente. Tomando por base o período dos anos 1990 até as décadas mais atuais, Dequech (2007) afirma que o *mainstream*⁴ econômico é formado por um corpo de conhecimento diversificado, composto majoritariamente pelo pensamento neoclássico. Segundo Dequech (2007), a economia neoclássica pode ser caracterizada pela ênfase na racionalidade e no uso da maximização de utilidade como critério de racionalidade, pela ênfase no equilíbrio e pela negligência da incerteza.

O termo neoclássico aparece na obra de Veblen (1919) para denominar alguns dos pensadores da sua época, como Jevons. Para Veblen (1919), os economistas neoclássicos apresentam uma análise centrada no indivíduo, ignorando a existência do processo. A análise neoclássica é fundamentada nas leis e normas econômicas. O comportamento dos indivíduos é determinado, também, por regras de decisão ótima em condição de escassez relativa de fatores.

Em oposição a essa visão de Ciência Econômica, em 1898, Veblen lança o artigo *Why Economics is not a evolutionary science?*. O que diferencia uma ciência evolucionária de uma ciência não evolucionária, nos termos de Veblen (1898), não é a inexistência de fatos e esquemas de processos, sequências, crescimentos e desenvolvimentos. Para Veblen (1898), o contraste está na base de avaliação dos fatos e no interesse com o qual cada fato é analisado. Tanto na ciência não evolucionária quanto na ciência evolucionária, a base de valorização dos fatos manipulados é a relação causal que existe entre eles. Porém, na última existem esquemas de sequências cumulativas que permitem observar as mudanças históricas e identificar os padrões, e aí está a diferença dessas duas ciências, segundo Veblen (1898).

Veblen (1915) afirma que o desenvolvimento da sociedade é o próprio desenvolvimento das suas instituições. Para tratar de evolução, é necessário entender o que é uma teoria evolucionária, sobretudo distinguir quais são os seus elementos fundamentais. Alguns autores têm se dedicado a esse trabalho, porém a tarefa de buscar inspiração nas analogias biológicas para explicar os fenômenos econômicos e sociais não é nada fácil (DOPFER; POTTS, 2008).

⁴ Segundo Dequech (2007), *mainstream* econômico pode ser considerado o conjunto de escolas econômicas que são ensinadas nas universidades mais prestigiadas, servindo de base para publicações nos periódicos mais importantes da área e recebendo os prêmios mais importantes. As ideias do *mainstream* econômico estão presentes nos livros de graduação mais influentes e usados. As escolas de pensamento que compõem o *mainstream* mudam conforme o período analisado.

Segundo Hodgson (1998), o rótulo Economia Evolucionária já foi empregado por diversos teóricos e de maneiras distintas. Destacam-se, por exemplo, Thorstein Veblen e John Commons, que têm seus trabalhos frequentemente descritos como Economia Evolucionária pelos seus seguidores. Alguns trabalhos inspirados por Joseph Schumpeter e a abordagem da Escola Austríaca também são intitulados, muitas vezes, como evolucionários. Isto pode ser observado na teoria de Carl Menger sobre a evolução do dinheiro e outras instituições e em alguns trabalhos de Friedrich Hayek, que utiliza extensivamente metáforas extraídas da biologia. Hodgson (1998) afirma que o rótulo de Economia Evolucionária já foi dado a Adam Smith, Karl Marx, Alfred Marshall e tantos outros.

O trabalho clássico de Richard Nelson e Sidney Winter, de 1982, *An Evolutionary Theory of Economics Changes*, talvez seja um dos mais famosos da Economia Evolucionária. Porém, desde os seus primórdios, ela enfrenta problemas de fundamentação ontológica adequada que forneça uma orientação para a construção de uma teoria que explique os fenômenos de mudança (DOPFER, 2013).

Este trabalho busca discutir, com base nas características da Teoria Economia Evolucionária de Ulrich Witt (2014), Jason Potts (2003) e John Stanley Metcalfe (1998), o papel do indivíduo na evolução institucional de Veblen.

Para Veblen (1898), a Teoria Econômica Evolucionária possui a capacidade de explicar a história de produção material e de consumo dos indivíduos como um processo de adaptação de meios e fins que mudam cumulativamente. Toda a alteração do propósito e da forma predominante de produzir e consumir artigos, bem como a alteração no seu acesso, é uma mudança na comunidade e, portanto, nos hábitos de pensamento dos indivíduos que a compõem. Observa-se que o indivíduo é uma peça fundamental na Teoria Econômica Evolucionária de Veblen e, também, para a evolução institucional. A concepção de indivíduo do autor, muito diferente do sujeito racional e maximizador de utilidades, é um objeto relevante de investigação. Assim, justifica-se a necessidade de identificar qual o papel do indivíduo no fenômeno de evolução institucional.

Para fazer essa investigação, é necessária a construção de uma estrutura analítica que incorpore as características fundamentais para uma teoria econômica evolucionária. Essa estrutura está alicerçada na ontologia evolucionária de Dopfer e Potts (2004: 2008). Sua construção é complementada com proposições apresentadas nos artigos de Witt (2014), Potts (2003) e no livro de Metcalfe (1998); a escolha desses autores foi em razão do fato de os três estarem em conformidade com a ontologia evolucionária de Dopfer e Potts (2004: 2008) e de apontarem características que são fundamentais para essa teoria.

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa teórica, que é aquela, segundo Demo (1987), construída por meio de quadros teóricos de referência. Demo (1987) apresenta alguns procedimentos para a formação do quadro teórico. O primeiro é o domínio dos clássicos de determinado assunto. Em segundo lugar, cita-se o domínio

da bibliografia fundamental, em que se toma conhecimento da produção existente. O autor aponta também a crítica, a qual se centra na discussão aberta, caminho fundamental do crescimento científico. Foram usados neste trabalho, além dos artigos de Witt (2014), Potts (2003) e do livro de Metcalfe (1998), os livros de Veblen, *The Theory of the Leisure Class* e *The Instinct of Workmanship*, na língua original, bem como textos e livros de alguns de seus principais intérpretes.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na próxima seção, é apresentada uma estrutura de análise criada por meio das características de uma teoria econômica evolucionária, segundo os autores supramencionados. A terceira seção aplica essa estrutura analítica às obras de Veblen. Em seguida, na quarta seção, investiga-se o papel do indivíduo na evolução institucional. Por fim, são apresentadas algumas considerações.

2. As características da teoria econômica evolucionária

2.1 Ontologia evolucionária

A Economia Evolucionária moderna reúne diversas teorias econômicas evolucionárias. Essas diversas teorias compõem um fluxo de concepções pré-ontológicas, o que dá origem a um tipo de turbulência metodológica que gera ramificações e escolas de pensamento mais facilmente do que promove a solidificação em uma estrutura unificada (DOPFER; POTTS, 2004). Um exemplo de turbulência metodológica é a oposição entre Hodgson (2002), de um lado, e Nelson (2006), de outro, a respeito do Darwinismo Universal. A versão de Hodgson (2002) pressupõe como elemento de realidade a seleção darwiniana conforme a sua aplicação biológica, ou seja, de aumento de frequência de certas entidades mais adaptadas, dada uma variabilidade alterada por hibridizações efetivamente realizadas, seja mediante seleção natural ou artificial (com intenção humana). A concepção da linha de Nelson (2006) adota os princípios de variação, retenção e seleção e diverge parcialmente de Hodgson (2002) ao conceber a capacidade de aprendizagem por meio de imaginação e simulação como parte da realidade. A partir das simulações há a incorporação antecipada de novas características nas entidades⁵, antes de sua reprodução.

A ontologia auxilia a organizar essas construções teóricas e revelar as suposições subjacentes sobre a realidade que podem fornecer um ponto firme sobre o qual as teorias possam se alicerçar (DOPFER; POTTS, 2004). Em lugar de

⁵ Dopfer e Potts (2004; 2008), Witt (2014) e Metcalfe (1998) não definem o significado de entidades e existências. Entende-se que os autores utilizam os termos para representar os organismos de forma geral como indivíduos, firmas, plantas e animais. Isto permite que a ontologia evolucionária, bem como as características de uma teoria evolucionária, possa ser aplicada em diversas áreas da ciência. Este trabalho emprega os termos com esse sentido inferido.

constituir-se em uma camisa de força que determine passos teóricos e metodológicos, estabelecem-se fundamentos de uma ontologia evolucionária para caracterizar teorias evolucionárias. No caso particular, exemplificado acima, a discussão seria abreviada pela clareza de sua ontologia.

Outro caso contundente de discussão distorcida pela ausência de estabelecimento de referencial ontológico, e também epistemológico, é a crítica de Coase (1984) à produção acadêmica do Institucionalismo Original, afirmando que esta necessitava de uma teoria ou de uma fogueira. As teorizações do Institucionalismo Original são incompreensíveis para quem referencia a realidade como constituída pela soma de comportamentos individuais, sem conceber sinergias em uma realidade holista constituída cumulativamente, e que caracteriza a ciência por retratar variações marginais em cadeias curtas de eventos bem definidos. A ausência de caracterização ontológica faz com que divergências sejam reduzidas à teoria ou à metodologia.

Segundo Davis (1998), ontologia ou metafísica é um termo cunhado por Aristóteles que significa a investigação da natureza, estrutura e constituição da realidade. A ontologia também pode ser caracterizada como o estudo daquilo que existe. Dentro do campo de estudos da ontologia existe o realismo ontológico, que é a visão de que o mundo é constituído de objetos reais que independem da nossa experiência. Esses objetos possuem propriedades e se relacionam independente do nosso entendimento.

O fato de existirem objetos reais não exclui que concomitantemente haja a interpretação do que existe, ou que as interpretações concebam novas possibilidades de combinações entre objetos reais, criando uma ligação entre interpretação e realidade que provoque alterações nessa última. O fato de existir uma realidade independente de nossa experiência não exclui que a nossa experiência venha a interagir com essa realidade. Por exemplo, a fricção entre sólidos e ar ocorre independente do entendimento humano; porém a interpretação e a ação humana alteram o desenho da peça exposta à fricção, gerando sustentação aerodinâmica. Nelson (2006, p. 500) afirma que crenças a respeito de eficácia de artefatos baseadas em simulações acabam selecionando previamente os objetos que serão efetivamente existentes. Vários desenhos aerodinâmicos de aviões são simulados e selecionados antes da sua construção.

Para Dopfer e Potts (2004), a tarefa essencial de uma ontologia prática, que desempenha um papel na construção da teoria, é tornar o status empírico da ontologia explícito e discutir os critérios de validação teórica. A ontologia guia a formação, através da indução, de dados empíricos para generalizações ontológicas. Estas apoiarão os conceitos de análise a partir dos quais as proposições teóricas são derivadas. A parte mais importante e difícil desse processo é passar de declarações empíricas particulares para generalizações ontológicas. Em razão do fato de a ontologia lidar com toda a realidade, o conjunto potencial de generalizações é incrivelmente grande.

Dopfer; Potts (2004) afirmam que antes de se construir uma teoria econômica evolutiva é necessário determinar o que é ontologia evolutiva⁶. Uma ontologia evolutiva tem a capacidade de fornecer proposições fundamentais sobre o que existe em uma evolução econômica (DOPFER; POTTS, 2008).

We would gladly leave ontology to the philosophers were it not for the overarching point made clear by Duhem and Quine, by Popper, Kuhn and Lakatos et al., that theory formation is crucially influenced by unquestioned preconceptions about the status of reality. The axio-deductive schemes employed in theory formation, associated with the notions of paradigm or a scientific research programme, comprises not only accepted views about methodological practice, but also a world view that is by its very nature ontological (DOPFER; POTTS, 2004, p. 200).

Em uma ontologia evolucionária existe heterogeneidade e mudança; sincronicamente, há uma variedade de leis, regras, mecanismos e, diacronicamente, existe uma mudança nas pessoas que se manifesta como novidades ou recombinações. A ontologia evolucionária concebe o sistema econômico como um complexo sistema aberto de regras que coordena a associação de ideias expressas por entidades; a evolução econômica seria a mudança nesse conjunto de regras (DOPFER; POTTS, 2004), implicando novas associações e reorganizações nas entidades.

A proposta ontológica de Dopfer e Potts (2004; 2008) é nomeada de Realismo Evolucionário. Ao adotar essa perspectiva, é possível observar elementos que estão amplamente presentes nos sistemas econômicos, como a autocoordenação e a autotransformação; a regeneração contínua de novas ideias como um produto da imaginação criativa e da iniciativa dos agentes. Também é possível observar com certa facilidade as transformações estruturais e turbulências (DOPFER; POTTS, 2008).

Dopfer e Potts (2008; 2004) e Dopfer (2013) propõem três axiomas ontológicos do Realismo Evolucionário: (1) bimodalidade; (2) associação; e (3) processo.

Axioma 1: todas as existências são atualizações de ideias, ou seja, todas as existências são atualizações físicas e de informações no tempo e no espaço. Há bimodalidade, o que significa que a sua representação completa necessita tanto de um reconhecimento físico (matéria e energia) quanto não físico (informação).

Axioma 2: todas as existências associam-se. As existências possuem uma propensão para se associarem. Dadas as condições da estrutura, as associações aparecem.

⁶ Pode-se cogitar operar em sentido contrário: após desenvolver uma teoria, identificar a ontologia subjacente. Não necessariamente ela será uma ontologia evolucionária.

Axioma 3: todas as existências são processos. As estruturas se desdobram como processos. Existem processos repetitivos e não repetitivos. Nos processos repetitivos, as características da estrutura ou seus atributos funcionais são retidos (viabilidade); nos processos não repetitivos, as características ou atributos não se repetem, eles mudam (capacidade de evoluir).

Para Dopfer e Potts (2008), o Axioma 1 indica que o universo econômico é composto de inúmeras ideias e cada uma delas possui uma população de atualizações (ou inovações). Isto é a bimodalidade. Os autores caracterizam como bimodal a observação empírica da realidade ontológica fundamental. O Axioma 1 refere-se a conceitos de variedade, população e processo de seleção; é ele que molda a maneira que os mecanismos evolutivos estão inseridos na Teoria Econômica Evolutiva (DOPFER; POTTS, 2004).

O sistema econômico será formado pela associação dessas ideias (Axioma 2) e pelo processo que constitui essas estruturas de ideias (Axioma 3). Ele é composto de entidades específicas que se conectam de formas específicas e essa estrutura de processo possui uma continuidade no tempo. Uma característica importante é que esse universo é aberto; novas entidades podem entrar nesse universo, novas associações podem ser feitas e novos processos podem acontecer. O Axioma 2 relaciona-se com os conceitos de estrutura e informação, já o Axioma 3 associa-se com a noção de processos históricos de sistemas abertos⁷ e com a de que todas as existências evolutivas são sistemas criativos e dissipativos. O Axioma 3 estabelece que todas as atualizações acontecem como processo de tempo e espaço. Dadas as propensões de variação e mudança, o processo que se desdobra ocupa um espaço na história e no tempo. O Axioma 3 fornece a base ontológica necessária para as noções analíticas de continuidade e descontinuidade. (DOPFER; POTTS, 2008; 2004).

A realidade evolutiva é composta por populações e estruturas de atualização de ideias, ou seja, por estruturas de processos que mudam ao longo do tempo. Com base no Realismo Evolucionário tem-se uma ontologia geral que pode ser aplicada em todos os tipos de evolução: biológica, imunológica, psicológica, social, econômica, cultural ou política. O valor dessa concepção ontológica é esclarecer tanto os pontos analíticos comuns entre as ciências quanto ressaltar suas diferenças (DOPFER; POTTS, 2008).

⁷ Cerqueira (2002) apresenta a definição de sistemas abertos. São caracterizados por realizarem a troca de matéria, energia e informação com o ambiente, ao contrário dos sistemas fechados, que não realizam qualquer tipo de troca com o ambiente. Os sistemas abertos proporcionam propriedades e comportamentos diversos, não se movem em direção a nenhum equilíbrio, mas sim a estados estacionários (*steady states*). Já os sistemas fechados tendem sempre a um estado de equilíbrio.

2.2 Modalidades de explicações causais de Witt

Como mencionado, Witt⁸ (2014) utiliza modalidades de explicações causais que estão alicerçadas no trabalho do etólogo⁹ Tinbergen (1963). Segundo Witt¹⁰ (2014), as categorias de Tinbergen (1963) podem ser usadas para explicar as influências culturais na evolução, sem afetar a sua relevância. Inicialmente, Tinbergen (1963 apud Witt, 2014) usou as modalidades para analisar o comportamento animal, mas a sua aplicação foi disseminada para outras disciplinas. Witt (2014), com algumas modificações, usou as modalidades de Tinbergen (1963) para a construção da análise evolucionária na Economia.

Tinbergen (1963 apud Witt, 2014) apresenta quatro tipos de explicações causais que considerava essenciais para a biologia evolutiva. Para tratar da economia evolutiva, Witt (2014) utilizou as três primeiras explicações causais. Witt (2014) apresenta essas explicações na forma de categorias, a seguir:

- (i) explicação aproximada de como a característica atua;
- (ii) explicações finais da função da característica e o seu valor adaptativo para a sobrevivência e aptidão reprodutiva do organismo;
- (iii) explicações sobre a descendência da característica (isto é, como ela evoluiu durante a filogenia¹¹);
- (iv) explicação de como a característica se desenvolveu ao longo do ciclo de vida do organismo (ontogenia¹²).

⁸ Ulrich Witt é professor honorífico do Departamento de Economia na Universidade de Jena, Alemanha, diretor e fundador do grupo de Economia Evolucionária do Instituto Max Planck (MAX PLANCK INSTITUT, 2016).

⁹ Etologia é a ciência que estuda o comportamento dos animais (ZUANON, 2007).

¹⁰ Stoelhorst (2008) apresenta uma crítica em relação à proposta ontológica defendida por Witt, a qual chama de *ontological continuity*. O termo *ontological continuity* engloba a ideia de que os genes humanos são substratos pelos quais a evolução cultural e econômica se desenvolve. Para Stoelhorst (2008), essa ideia é compatível com o Darwinismo generalizado, porém ela está vinculada a uma rejeição do argumento de que o Darwinismo generalizado pode explicar a evolução cultural. O Darwinismo generalizado, defendido por Stoelhorst, Hodgson, Knudsen e outros autores, propõe que a evolução dos sistemas complexos e abertos precisa ser entendida nos termos da lógica que Darwin usou para explicar a evolução biológica. O Darwinismo generalizado aplica explicitamente uma lógica explicativa para tratar da causalidade cumulativa. Os defensores da *ontological continuity* acreditam que o Darwinismo generalizado é um exercício que leva apenas à construção de analogias enganosas que ofuscam os mecanismos reais da evolução cultural e do desenvolvimento econômico. Stoelhorst (2008) argumenta que a *ontological continuity* é ainda uma afirmação descritiva que carece de uma lógica causal explícita.

¹¹ Uma explicação do tipo filogênica é aquela que entende o desenvolvimento de uma característica específica através do seu desenvolvimento na linhagem humana (BRADIE, 1998).

¹² As explicações de ontogenia são aquelas em que o desenvolvimento de uma característica é visto através de seu desenvolvimento em um organismo individual (BRADIE, 1998)

O esquema construído por Tinbergen (1963 apud Witt, 2014) entende a evolução de uma forma darwiniana e é amplamente aceito nas ciências biológicas. Witt (2014) propõe usar esse aporte teórico, com algumas adaptações, para tratar das características da economia evolucionária.

Segundo Witt (2014), a economia evolucionária e a economia tradicional compartilham interesses próximos em explicações do tipo (i), porém isso não significa que elas possuem as mesmas hipóteses explicativas. Para responder por que e como os mecanismos evoluíram são necessários diferentes tipos de explicações causais. Essas explicações também são necessárias para se entender como é possível que em diferentes épocas e lugares mecanismos diferentes que servem para propósitos semelhantes evoluíram. Nesse ponto, a economia evolucionária se afasta da economia tradicional (WITT, 2014).

As categorias (ii) e (iii) de Tinbergen (1963) apontam, respectivamente, porque e como algo evolui. Essas duas explicações são do tipo final (ii) e de filogenia (iii). Nas ciências biológicas, esses dois tipos de explicações estão alicerçados na teoria evolutiva darwiniana, porém destacam aspectos diferentes da descendência com variação. Elas possuem amplo poder de explicação e valor para a biologia, o que se deve à importância primordial que a força modeladora da seleção natural possui no longo prazo (WITT, 2014). Segundo Witt (2014), a seleção natural desempenha um papel menos significativo nos domínios em que teoria evolutiva de Darwin é empregada para explicar as influências culturais. Para o domínio econômico, a seleção natural é relevante, porém em um sentido especial e limitado.

Isso está relacionado, segundo Witt (2014), com o fato de o comportamento humano não depender apenas de propensões inatas. Os seres humanos são capazes de aprendizagem por observação, inferência, inventividade e intencionalidade, e também podem possuir disposições comportamentais culturalmente condicionadas. Essas disposições comportamentais são moldadas por processos adaptativos próprios, que ocorrem, frequentemente, em escalas de tempo mais curtas do que a seleção natural.

Witt (2014) acredita que as explicações do tipo (ii) e (iii) acrescentam conteúdo e ampliam o alcance da análise econômica. A reconstrução do modo como os mecanismos que podemos observar hoje evoluíram revela características importantes do funcionamento desses mecanismos, aumentando o grau de compreensão. Para Witt (2014), a conexão com a teoria evolutiva é estabelecida quando os antecedentes históricos de um tópico são significativos para o seu pleno entendimento. E isso é atingido quando as explicações do tipo (ii) e (iii) são incorporadas à análise. Elas mudam a proposição (i), abrindo a

perspectiva de explicação baseada em encadeamentos mais longos e ricos em detalhes.

Segundo Witt (2014), a análise das instituições é um bom exemplo para a explicação da economia evolucionária. Para o autor, a noção de instituições é um dos conceitos mais ambíguos nas ciências, a variedade de fenômenos associados é enorme. As instituições mudam e as circunstâncias que levam a isso também.

As modalidades de Witt (2014) estão de acordo com o Realismo Evolucionário, apresentado na seção anterior, pois seguem os três axiomas. As categorias de explicação (ii) e (iii) possuem um caráter de bimodalidade, ou seja, elas podem apresentar as características de forma que sejam tanto matéria quanto informação. As duas modalidades, (ii) e (iii), indicam um caráter de processo, evidenciando a presença do Axioma 3 do Realismo Evolucionário. Witt (2014) não deixa clara a existência de associação, porém suas modalidades propõem uma forma de “pensar evolucionária”. A categoria (ii) trata do valor adaptativo de uma característica para o organismo, o que deixa em aberto a possibilidade de haver associação entre características. A próxima seção apresenta os elementos identificados por Potts (2003) e Metcalfe (1998) para caracterizar uma teoria econômica evolucionária.

2.3 Elementos presentes em uma teoria econômica evolucionária segundo Potts (2003) e Metcalfe (1998)

Potts (2003)¹³ e Metcalfe (1998)¹⁴ concordam que a variação, a seleção e a replicação (hereditariedade) são características fundamentais para a construção de uma teoria econômica evolucionária.

A ideia de intencionalidade é sugerida por Witt (2014) e por Metcalfe (1998). Segundo esses autores, os seres humanos têm a capacidade de aprendizagem e isso é uma fonte de variabilidade e de replicação. A intencionalidade é mais significativa no domínio social do que no biológico, e esse é um dos motivos pelo qual o processo evolutivo é mais rápido no âmbito social do que no biológico.

¹³ Jason Potts é professor do Departamento de Economia da *Royal Melbourne Institute of Technology*, na Austrália (RMIT, 2016).

¹⁴ John Stanley Metcalfe é professor de Política Econômica da Universidade de Manchester, foi presidente da *International Joseph Schumpeter Society* (1998-2000) e é membro emérito do *Manchester Institute of Innovation Research*. Suas pesquisas têm como tema as questões de inovação, mudança tecnológica e suas consequências político-econômicas (MANCHESTER, 2016; METCALFE, 1998).

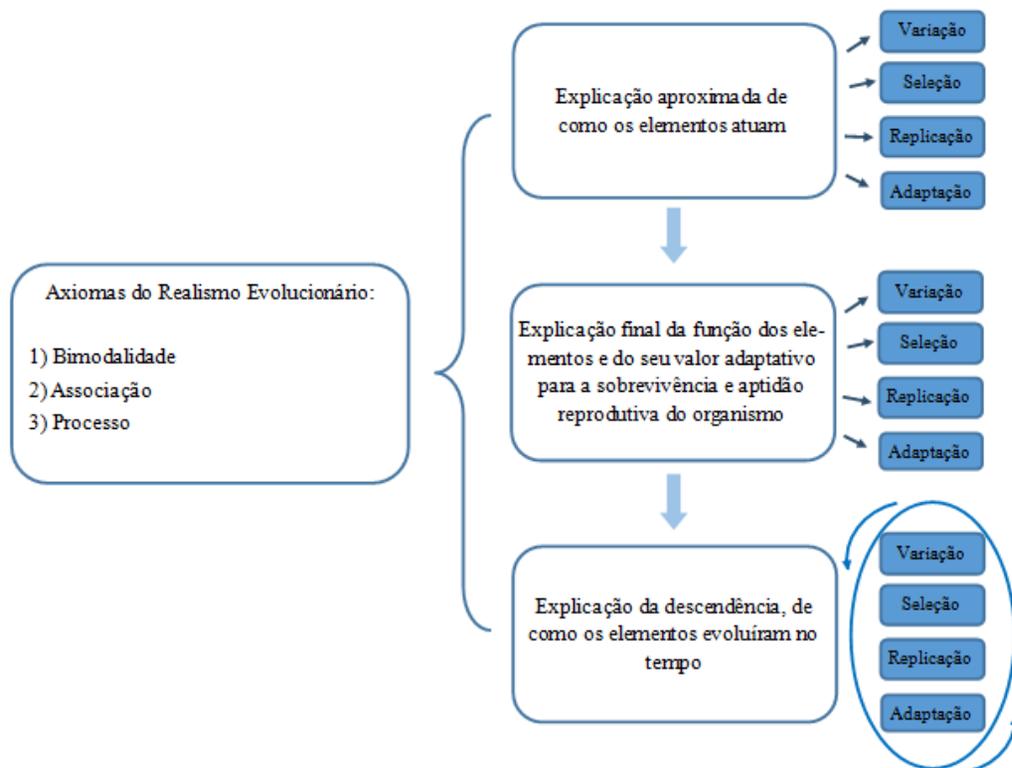
Uma característica importante para uma teoria econômica evolucionária é a definição da população e da unidade de seleção, como aponta Metcalfe (1998). Para Metcalfe (1998), os membros da população são aqueles que estão submetidos ao mesmo ambiente de pressão seletiva. Logo, essa população não é homogênea, possui diversas características, ou seja, variabilidade, o que converge com Potts (2003). A unidade de seleção será o elemento que guarda as características que serão selecionadas no processo de seleção. Ressalte-se que Metcalfe (1998) afirma que na seleção existe um elemento de inércia que barra as variedades em competição por tempo suficiente até que sejam selecionadas.

Além dessas três características, Metcalfe (1998) apresenta a adaptação como fundamental para o processo evolucionário. A adaptação é composta pelos elementos replicadores e interadores. Os replicadores associam-se à noção de hereditariedade dos elementos que sofrem a adaptação. Os interadores atuam para que a replicação seja imperfeita, gerando novas variações e possibilitando um novo processo evolutivo.

Potts (2003) também apresenta a ideia da replicação como mecanismo de cópia das melhores soluções, mas Metcalfe (1998) vai além. Para o autor, a replicação é um mecanismo que está dentro do processo de adaptação e que garante que as características fundamentais serão transmitidas. Nessa transmissão há a presença de alguns erros, o que gera uma nova variabilidade na população. Em Potts (2003) a variabilidade existe, porém é um processo que ocorre independentemente e simultâneo à replicação.

Varição, seleção, replicação e adaptação são elementos que compõem uma teoria econômica evolucionária e atuam na teoria da forma, em que Witt (2014) apresentou as modalidades de explicação. Ou seja, primeiramente há uma explicação aproximada de como esses elementos atuam. Em segundo lugar, é realizada uma explicação final da função desses elementos e do seu valor adaptativo para a sobrevivência e aptidão reprodutiva do organismo. Por fim, há a explicação da descendência, de como o elemento evoluiu no tempo. É importante destacar que a análise inicia pela definição da população e da unidade de seleção, depois segue conforme se apresenta na Figura 1.

Figura 1: Estrutura analítica da Teoria Econômica Evolucionária.



Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado na Figura 1, a estrutura está de acordo com os três axiomas do Realismo Evolucionário. Ela cumpre o axioma da bimodalidade, ou seja, ela trata de existências que são atualizações de informações físicas e informacionais no tempo e espaço. Respeita o axioma da associação, pois leva em consideração que as existências podem se associar e, também, está de acordo com o axioma do processo, porque a análise se desdobra na tentativa de entender os processos históricos de evolução das existências. Essa estrutura tem a capacidade de fornecer elementos que possam interpretar as demais teorias que possuem elementos evolutivos, mas não uma classificação específica da posição que os elementos teóricos ocupam dentro da teoria.

Nesse ponto, são necessários alguns esclarecimentos sobre o darwinismo universal. Dawkins (1983 apud Nelson, 2006) utilizou o termo para denotar investigações amplas acerca de até que ponto a evolução da cultura humana pode ser entendida em termos de processos que estão relacionados com os da evolução biológica. O termo cultura é empregado por Nelson (2006) de forma abrangente,

passando por todos os domínios das ciências sociais evolucionárias e inclui, ainda, os costumes, os sistemas de crenças e a religião. Alguns dos participantes do movimento darwinismo universal tentaram identificar uma concepção de processo evolutivo que fosse ampla suficiente para englobar tanto a evolução das espécies biológicas quanto a das culturas humanas.

Para Nelson (2006), existem perspectivas que abordam o darwinismo universal. Na primeira, Nelson (2006) associa com Dawkins (1976; 1983 apud Nelson, 2006) e Dennett (1995 apud Nelson, 2006), orientado teoricamente pela teoria evolucionista moderna da biologia, ou por versões dessa teoria. Postula que a evolução da cultura humana pode ser entendida em termos de processo, em que as principais variáveis e mecanismos são análogos aos da evolução biológica. A segunda perspectiva Nelson (2006) associa a Hull (1988; 2001 apud Nelson, 2006) e envolve uma ampla visão da teoria evolucionária aberta para as diferenças entre a forma como os aspectos da cultura humana evoluem e a evolução das espécies.

Nelson (2006) defende que a segunda perspectiva do darwinismo universal é a mais adequada para as ciências sociais evolucionárias. A primeira perspectiva descrita por Nelson (2006) apresenta problemas. O autor a classifica como mais estreita em relação à visão que ele defende; os detalhes dos processos envolvidos na evolução da cultura diferem significativamente daqueles envolvidos na evolução biológica. Tentar encaixar a análise da evolução cultural nos moldes da biológica prejudica o desenvolvimento de uma ciência empiricamente orientada. Este trabalho está mais alinhado com a segunda perspectiva do darwinismo universal identificada por Nelson (2006).

Essa estrutura será utilizada como uma ferramenta para analisar o indivíduo em Veblen sob uma ótica evolucionária. O objetivo principal é responder que papel o indivíduo ocupa na evolução institucional de Veblen. Tanto o indivíduo quanto a evolução institucional são compostos por diversas características; em razão disso, um arcabouço que norteie a análise se faz necessário. Veblen foi um dos primeiros autores a apresentar uma teoria econômica evolucionária, portanto a estrutura mostra-se adequada como ferramenta para analisar a teoria do autor.

3. Os instintos, os hábitos e as instituições em Veblen

Primeiramente, como apresenta Metcalfe (1998), define-se a população e a unidade de seleção. A população, para Veblen, é o conjunto de indivíduos que pertence à comunidade, pois são os membros da comunidade os submetidos à mesma pressão seletiva. A unidade de seleção, na obra do autor, é o conjunto de hábitos de pensamento compartilhado pelos indivíduos, ou seja, as instituições. São as instituições que sofrem a pressão seletiva dentro da comunidade.

3.1 Explicação aproximada de como os elementos atuam

3.1.1 Os instintos segundo Veblen

Para Veblen (1914, p.1, 3 e 4), os instintos são os impulsionadores principais que atuam no comportamento humano, mostrando direção e critério. Eles são o conjunto de propensões inatas da psicologia dos indivíduos que propõem um objetivo final para a ação. O que diferencia um instinto do outro são esses objetivos ou objetos finais. A ação instintiva é teleológica, ou seja, consciente. O escopo teleológico e objetivo de cada propensão instintiva difere um da outro.

Veblen (1914, p. 4-5) apresenta a distinção entre os instintos e as ações tropismáticas. A ação instintiva envolve consciência e adaptação para atingir um fim desejado. É importante ressaltar que, para o autor, a definição de instinto difere da do senso comum. Segundo Veblen (1914, p.5), os impulsos simples e mais imediatos que frequentemente recebem do senso comum a denominação de instintos são melhor classificados como tropismos. Na ação instintiva há a presença da reflexão e deliberação, que denota a busca consciente de um objetivo que o próprio instinto julga necessário.

As propensões instintivas da espécie humana são guiadas, em um certo grau, pela inteligência. Isso diferencia os seres humanos dos animais. Esse grau pode variar amplamente de um instinto para outro, chegando até ao automático, no caso de instintos mais simples, cujo conteúdo é manifestado fisiologicamente. É a presença da inteligência que separa as categorias tropismo, sem essa presença, da categoria automática, com a presença. Porém os instintos também possuem uma certa atuação sobre a inteligência; os seres humanos são capazes de pensar, mas as propensões instintivas sobrepostas indicam o que eles devem pensar, como e para quê (VEBLEN, 1914, p.5-6).

Veblen (1914, p.8-9) acredita que os instintos possuem a capacidade de se cruzar, misturar, sobrepor, neutralizar ou reforçar uns aos outros. Eles não são estruturas isoladas que agem de forma independente. Quanto mais complexa for a ação instintiva, mais interligados ou contaminados, nos termos de Veblen (1914, p.9), estão os diferentes instintos, que formam uma rede de correlação e interdependência. Os instintos podem estar tão contaminados uns pelos outros que a sua demarcação se torna extremamente difícil.

Veblen (1914, p.13) considera que os instintos são características hereditárias. Dentro da espécie humana, eles são transmitidos de geração para geração praticamente intactos, desde o seu início. O autor afirma que as disposições instintivas dificilmente podem ser explicadas como características unitárias e devem ser entendidas como traços espirituais que emergem de uma certa convergência de características fisiológicas que variam de acordo com os atributos que, como um todo, constituem o indivíduo. Desse ponto surgem as variações dos indivíduos em relação aos membros da sociedade. Variações essas que se iniciam com uma dotação de instintos e resultam nas diferenças de funções fisiológicas (VEBLEN, 1914, p.13).

Essa descrição sobre a definição de instintos e sua importância e atuação no comportamento humano corresponde às explicações do tipo (i) definidas por Witt (2014), ou seja, é uma explicação aproximada de como os elementos instintos atuam. Ainda considerando a estrutura de análise da seção 2, os instintos de Veblen são a fonte de variação. Eles são capazes de se misturar, de se sobrepor e de se contaminar, podendo, assim, modificar os fins das ações humanas. Os instintos atuam de forma diferente em cada indivíduo, variam de acordo com as diferentes cargas instintivas presentes nos seres humanos e com as necessidades que são impostas pelo ambiente.

3.1.2 Os hábitos segundo Veblen

Os instintos definem os fins das ações humanas. Os seres humanos podem empregar diversas formas e meios para atingir os fins propostos pelos instintos. Quanto maior for o grau de inteligência e o corpo de conhecimento presente em uma comunidade, mais extensa e elaborada é a lógica de formas e meios atuantes entre a finalidade proposta de um instinto e sua realização, e mais multifacetado e complicado será o aparato de meios e recursos empregados para atingir os fins indicados pelos instintos (VEBLEN, 1914, p.6).

Os seres humanos empregam diferentes meios para se chegar aos fins determinados pelos instintos. A repetição desses meios constituirá hábitos de vida. O conjunto de formas e meios disponíveis para alcançar os objetivos definidos pelos instintos é uma questão de tradição, é legado, ou seja, são os hábitos acumulados pela experiência de gerações passadas. À medida que os fins determinados pelos instintos se relacionam com as situações culturais¹⁵ da comunidade, eles serão condicionados pelos hábitos e moldados como um esquema de vida aceito pela comunidade (VEBLEN, 1914, p. 6-7).

De acordo com Veblen (1914, p.7), por meio do hábito, as formas e os meios ganham um caráter de convenções, obtêm a consistência de costumes e prescrições e, por fim, adquirem a característica e a força de instituições. Essa maneira comum de “fazer as coisas” e de pensar não apenas se torna hábito, mas é aceita socialmente e transforma-se na maneira apropriada e certa de fazer e de pensar, dando origem aos princípios de conduta.

¹⁵ Nas obras de Veblen selecionadas para este artigo, não foi encontrado um conceito de cultura. Em razão dessa falta de uma definição por parte do autor, usaremos os conceitos apresentados por Walter C. Neale e Walton H. Hamilton, ambos seguidores da vertente Institucionalismo Original. Neale (1987) afirma que as instituições são semelhantes ao que os cientistas sociais denominam como cultura. A cultura é um legado coletivo de padrões de ação. Hamilton (2005) define a cultura como um agregado de instituições, em que cada uma possui seu próprio domínio e ofício. A função da cultura é delimitar um padrão de comportamento e fixar uma zona de tolerância para uma atividade.

Veblen (1914, p.38-39) argumenta que, pelo caráter cumulativo dos hábitos, quanto mais gerações passam, maior é o aglomerado de hábitos da geração seguinte. Os hábitos são transmitidos para a geração seguinte por meio da tradição, formação, educação ou qualquer forma que passe para a geração nova o que a velha aprendeu. Junto com os hábitos de vida, é transmitida, via corpo cumulativo de conhecimento, a maior parte da sabedoria convencional, incorporada de certas predileções adquiridas e de preconceitos presentes na comunidade. A esse corpo de conhecimentos Veblen (1914, p.39) dá o nome de Sistema de Tecnologia, em que estão acumuladas, também, as informações ou conhecimentos como a natureza e o uso das coisas.

Os hábitos se propagam na sociedade, tornam-se comuns, generalizam-se e acabam se enraizando no ambiente, vindo a constituir as formas de instituições políticas, sociais e econômicas. Eles se incorporam às ações dos indivíduos e dentro de um mesmo ambiente passam a ser a prática comum e socialmente aceita. O crescimento dos hábitos e das convenções está relacionado ao ambiente material e a propensões inatas da natureza humana, ou seja, aos instintos. (VEBLEN, 1914, p.2).

De modo geral, pode-se afirmar que os hábitos que governam a vida das pessoas, os que afetam a sua existência como organismo, são os mais antigos e persistentes e difíceis de mudar, e quanto mais um hábito coincidir com os costumes, mais ele se fixará na conduta dos indivíduos. Os hábitos formam o padrão de vida dos indivíduos da comunidade. A dificuldade de abandonar um padrão estabelecido é oriunda da dificuldade de quebrar um hábito (VEBLEN, 1915, p.107-108).

Tomando por base a estrutura da seção 2, é no âmbito dos hábitos dos indivíduos que a seleção acontece. Estes irão sofrer pressões seletivas e adaptativas e o resultado desse processo serão as instituições. A replicação também se dá no domínio dos hábitos, que são transmitidos pelas gerações por meio da cultura, da educação e da formação. Os hábitos que forem selecionados sofrem pressões adaptativas, portanto possuem a característica da adaptação. Com as alterações no ambiente, eles são forçados a mudar para se adaptar às novas circunstâncias, então também são uma fonte de variação.

3.1.3 As instituições segundo Veblen

As instituições são um conjunto de hábitos mentais compartilhados pelos indivíduos, ou seja, tornam-se hábitos e costumes da comunidade. Em outras palavras, as instituições são hábitos individuais que se generalizam. São resultados de processos seletivos e adaptativos que moldam os tipos prevalentes e dominantes de atitudes e aptidões espirituais dentro de uma sociedade. São, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem fatores eficientes de seleção (VEBLEN, 1915, p.188).

Veblen (1915, p.188) argumenta que as instituições em mudança são responsáveis por selecionar indivíduos dotados de um comportamento mais apto e por impor uma nova adaptação dos comportamentos dos indivíduos e de seus hábitos ao ambiente em mudança. Isso acontece e origina a formação de novas instituições.

Para Veblen (1915, p.188), a evolução da estrutura social é um processo de seleção natural de instituições. O progresso das instituições humanas e do caráter humano pode ser considerado um processo de seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e de adaptação imposto aos indivíduos expostos a um ambiente com mudanças progressivas, em razão do crescimento da comunidade e das mudanças institucionais presentes.

Veblen (1915, p.189) assevera que o ambiente da comunidade e de suas instituições em um determinado tempo favorecem a sobrevivência e o domínio de um tipo de comportamento em detrimento de outros. Há, simultaneamente ao processo de seleção de comportamentos e hábitos mentais, um processo de adaptação seletiva desses hábitos mentais dos indivíduos da comunidade. Pode haver variação nas características fundamentais de qualquer população por meio da adaptação das características selecionadas.

As instituições mudam conforme as circunstâncias do ambiente material da comunidade se alteram. Isso se dá em razão da característica dos hábitos de responderem aos estímulos que essas circunstâncias variadas lhes proporcionam. As instituições são produtos de processos passados, estão adaptadas a circunstâncias passadas, nunca estão em pleno acordo com as exigências do presente, o que equivale a dizer que as situações que os indivíduos vivem hoje irão moldar as suas instituições no futuro (VEBLEN, 1915, p.190-191).

Para Camic e Hodgson (2011), Veblen defendia que as instituições são condicionadas tanto pelo ambiente material quanto pelas propensões inatas e persistentes da natureza humana. Pelo fato de as instituições serem constituídas por hábitos, elas são elementos de seleção, replicação e de adaptação dentro da teoria de Veblen. Elas não só são o resultado de seleção de hábitos de pensamentos compartilhados pelos indivíduos, como também são responsáveis por selecionar os comportamentos mais aptos com uma mudança nas circunstâncias materiais. Elas também são responsáveis pela adaptação dos hábitos mentais e elas mesmas são replicadas pelos indivíduos. Esse processo de seleção, replicação e adaptação de instituições abre espaço para a manifestação de variação. Retomando a estrutura anteriormente desenvolvida, as instituições poderiam ser classificadas como elementos de seleção, replicação, adaptação e, ainda, variação.

3.2 Explicações finais da função da característica e o seu valor adaptativo para a sobrevivência e aptidão reprodutiva do organismo

Toda ação instintiva é também teleológica, e envolve atingir um propósito. O agir teleológico busca atingir um determinado fim (VEBLEN, 1915, p.31). A inteligência está subordinada aos instintos para atingir o seu propósito, e é nessa subordinação dos processos intelectuais para o fim desejado que as disposições instintivas condicionam a conduta humana. Nesse processo de orientação das diversas tendências instintivas, podem ocorrer conflitos, deslocamentos ou o reforço de uma ação instintiva por outro instinto, o que se constitui em uma fonte de variação comportamental (VEBLEN, 1914, p.31).

Nos primeiros estágios do desenvolvimento da espécie humana, os indivíduos pertenciam a grupos específicos que ficavam isolados uns dos outros. Esses grupos apresentavam características e necessidades distintas; sua carga instintiva, bem como seus hábitos e instituições eram diferentes. Conforme ocorreu a interação entre esses grupos de indivíduos houve a mistura de suas características genéticas. O resultado dessa mistura foi uma imensa variedade de tipos genéticos humanos. Como os instintos são passados de geração para geração através da hereditariedade, essa mistura de tipos genéticos humanos também é uma mistura de instintos, ou seja, uma fonte de variação que está associada com as diferentes cargas genéticas (VEBLEN, 1914, p.15-16).

Esses indivíduos resultantes da mistura de diferentes grupos irão responder de formas diferentes às necessidades impostas pelo meio. Para Veblen (1914), há uma dupla fonte de variação. A variação resultante da mistura genética, em que há uma diferente carga instintiva que irá resultar em diferentes comportamentos, e a variação resultante das alterações no ambiente externo, que exigem respostas diversas dos indivíduos.

Retomando a seção anterior, Veblen (1914, p.8-9) afirma que os instintos podem se reforçar, sobrepor, misturar e anular. Para ilustrar essa afirmação, Veblen (1914, p.25-26) apresenta o caso de dois instintos que possuem praticamente os mesmos objetivos finais e que se auxiliam mutuamente, reforçando-se, o que torna muitas vezes difícil identificar onde termina um e onde começa o outro. São eles: o *parental bent* e o *instinct of workmanship*¹⁶. O *instinct of workmanship*¹⁷ relaciona-se com o bem-estar material da comunidade e com a continuidade do processo evolutivo

¹⁶ *Parental Bent* pode ser traduzido como tendência parental e *Instinct of Workmanship* como instinto de trabalho eficaz.

¹⁷ O *instinct of workmanship* é definido como a preferência dos indivíduos pelas atividades ou trabalhos eficazes e sua aversão pelas atividades inúteis. Os seres humanos sentem mérito pelo trabalho eficiente e demérito pelo trabalho fútil. Esse instinto é muito importante na obra de Veblen, visto que o autor dedicou um livro inteiro para tratar do *workmanship*. O que torna o *instinct of workmanship* tão diferente dos outros é o fato de ele determinar tanto os fins quanto os meios para se atingir esses fins. O *workmanship* se ocupa com os detalhes práticos, ou seja, as formas e os meios, dispositivos e artifícios de eficácia e economia, a proficiência, o trabalho criativo e o domínio tecnológico dos fatos. Pode-se considerar que o *workmanship* também exerce a função de auxiliar os demais instintos (VEBLEN, 1914).

biológico da espécie humana. O *parental bent* é um instinto amplo que não está relacionado, apenas, com o desenvolvimento e as realizações da prole. Também não pode ser confundido com o impulso tropismático de procriação. O *parental bent* associa-se com a sobrevivência da comunidade, tornando a vida da próxima geração mais fácil através da formação adequada das pessoas e da proteção do patrimônio e recursos.

Tanto o *parental bent* como o *instinct of workmanship* operam em prol do bem-estar material comum. Pode-se afirmar que as funções principais do *parental bent* são a reprodução e o desenvolvimento da comunidade, em uma perspectiva mais imediata e de forma mais abrangente a facilitação da vida de gerações futuras da espécie humana. Nesse último sentido, o instinto de *parental bent* sustenta e complementa o *instinct of workmanship* em atuação pelo bem-estar econômico (VEBLEN, 1914).

Não são apenas o *parental bent* e o *instinct of workmanship* que se relacionam. De modo geral, todos os instintos estão relacionados, embora em diferentes graus, uns com os outros; a atuação de um instinto no comportamento humano gera consequências para todos os outros. Essa contaminação de elementos instintivos que atuam no comportamento humano é um dos elementos que dificultam e, ao mesmo tempo, tornam interessantes as investigações acerca dos instintos. A contaminação também introduz um potencial de variabilidade nas propensões comportamentais dos indivíduos de uma comunidade (VEBLEN, 1914, p.29).

Considerando as circunstâncias da vida material e o impulso dado pela propensão instintiva, um determinado comportamento se torna habitual, e, assim, instala-se na vida da comunidade, por meio do uso e do costume, como um princípio de conduta. O princípio de conduta vai ganhando espaço entre as variedades de hábitos da comunidade e é transmitido, ou seja, replicado pela tradição para as próximas gerações (VEBLEN, 1914, p.50).

De acordo com Veblen (1915, p. 94-95), um instinto pode se sobressair em relação aos demais em determinado período. Dependendo das exigências do meio, ele pode apresentar, mais que os demais instintos, objetivos finais que favorecem a adaptação dos indivíduos em um período de tempo específico. Isso não é permanente; conforme o tempo passa, as exigências do meio mudam, o que pode exigir que outros instintos sobressaiam.

Uma comunidade de indivíduos está subordinada aos seus instintos. Suas características, ou traços espirituais hereditários, os diferenciam de outras comunidades de indivíduos. No curso do crescimento cultural, a maioria das civilizações e dos povos que tiveram uma longa história evolutiva presenciaram, de tempos em tempos, uma força imperativa que os incentivaram a revisar os seus esquemas institucionais à luz de seus instintos nativos (VEBLEN, 1914, p. 24).

O resultado dessa autorreflexão pode gerar o colapso ou a decomposição de instituições; os indivíduos escolhem, na maioria das vezes cegamente, viver ou não

viver de acordo com os impulsos de seus instintos (VEBLEN, 1914, p.24). Uma investigação genética das instituições relaciona-se com o crescimento dos hábitos e das convenções condicionado pelo ambiente material e pelas propensões inatas e persistentes da natureza humana, ou seja, dos instintos (VEBLEN, 1914, p. 2).

Veblen (1914, p.18) argumenta que, ao contrário dos instintos, os hábitos dos seres humanos mudam continuamente e cumulativamente, resultando em um processo contínuo de crescimento institucional. Segundo Veblen (1914, p.18), por causa da sua formação por hábitos, o tecido institucional apresenta a característica de responder às perturbações do meio, modificando-se e adaptando-se. Isso significa que uma perturbação em qualquer ponto desse tecido irá causar consequências em todo o arranjo institucional. As mudanças institucionais são respostas às mudanças no ambiente e nas condições culturais. Porém a natureza humana continua a mesma, o que significa que os fins da combinação dos instintos podem mudar, mas a essência de cada um deles permanece a mesma.

Os hábitos podem desenvolver e modificar os instintos. Pelo fato de os instintos possuírem um certo grau de inteligência, eles sofrem adaptação através do seu uso habitual. Se um impulso não sofrer adaptação via hábito, ele não possui inteligência em nenhum grau, portanto não pode ser chamado de instinto, mas sim de tropismo (VEBLEN, 1914, p.38).

Para Camic e Hodgson (2011), alguns autores utilizam o fato de que o hábito pode modificar os instintos para argumentar que estes não são propensões fixas e herdadas, sugerindo que eles podem ser alterados pelo desenvolvimento e pelo ambiente em que o indivíduo está inserido. Camic e Hodgson (2011) propõe um esclarecimento para essa suposta contradição, argumentando que quando Veblen afirma que os instintos são propensões hereditárias ele está se referindo ao instinto em si. E quando Veblen afirma que o hábito pode modificar os instintos, ele se refere ao comportamento instintivo. Para Camic e Hodgson (2011), os instintos não podem ser alterados, mas o comportamento instintivo pode.

Uma situação exógena à comunidade, por exemplo, uma alteração climática que gere uma mudança na comunidade, mais especificamente, uma mudança nas condições materiais de vida que leva a uma revisão do corpo institucional, induz a formação de novos hábitos de pensamento e de vida. Esses novos hábitos geram novos princípios de conduta para a comunidade. Como resultado desse processo, as propensões instintivas da população passam a trabalhar na indicação de novos fins, mais adequados às novas exigências da comunidade (VEBLEN, 1914, p.17).

As mudanças também podem ser endógenas à comunidade, ou seja, podem nascer dos processos cumulativos de desenvolvimento da sociedade (VEBLEN, 1914, p. 17). Seguindo na mesma linha do exemplo anterior, os processos cumulativos de desenvolvimento da comunidade podem alterar o ambiente em que os indivíduos vivem. Essas alterações, também, podem induzir a uma mudança nas condições materiais do ambiente que conflite com as instituições vigentes. Isso gera a

necessidade das combinações de instintos de determinarem novos fins para as ações humanas, com novos hábitos que nascem e formam novas instituições.

The ways and means, material and immaterial, by which the native proclivities work out their ends, therefore, are forever in process of change, being conditioned by the changes cumulatively going forward in the institutional fabric of habitual elements that governs the scheme of life (Veblen, 1914, p.19).

Para Veblen (1915, p. 190-191), as instituições que vigoram em uma comunidade são constituídas por hábitos de pensamento de gerações passadas. Portanto, elas não estão plenamente adaptadas às situações atuais que a comunidade enfrenta. Os hábitos mentais dos membros, também herdados da geração passada, tendem a persistir na atualidade a não ser que uma situação force uma mudança. Veblen (1915, p. 191) argumenta que essas heranças, hábitos de pensamento e instituições constituem elementos conservadores e são fatores de inércia social e psicológica.

Veblen (1915, p.198) argumenta que a classe ociosa¹⁸, nas comunidades mais contemporâneas, atua na intensificação desse elemento de inércia e exerce uma pressão conservadora, pois é conveniente para ela a manutenção das condições e instituições vigentes para conservar o seu estilo de vida. Segundo o autor, a classe ociosa é conservadora, pelo fato de ela ser instintivamente avessa à mudança de seu modo de vida; seu interesse é na conservação das condições vigentes. Toda e qualquer mudança de hábitos de vida e pensamento é vista como incômoda.

A classe ociosa não cede às exigências de inovação com a mesma facilidade que os homens que compõem as classes abaixo dela, porque não é pressionada a isso. Esse conservadorismo dos membros da classe ociosa é um traço visível e é considerado, pelas demais classes, um sinal de status superior, o que dá um respaldo de naturalidade aos hábitos conservadores. O conservadorismo, por ser uma característica da classe mais rica, é considerado um traço respeitável pelas demais classes da comunidade, enquanto a inovação é vista como vulgar, pois é um fenômeno atribuído à classe mais baixa (VEBLEN, 1915, p. 199).

Os usos, as ações e as ideias da classe ociosa adquirem caráter de regra e conduta para o resto da sociedade, fator que agrega ainda mais importância à influência conservadora dessa classe. Os membros da comunidade que desejam ser considerados respeitáveis são induzidos a seguir o exemplo de pensamento da classe ociosa. Desse modo, ela exerce uma força retardadora do processo de mudança institucional, estimulando que as demais classes sociais sejam resistentes à

¹⁸ Para Veblen (1915, p. 198), a classe ociosa é a classe rica. Segundo o autor, essa classe pode ser definida como aquela que é isenta de qualquer função industrial. Maiores detalhes acerca da classe ociosa serão apresentados na próxima seção.

mudança e consolidando a preferência dos indivíduos pelas “boas instituições”, que são as instituições herdadas da geração anterior (VEBLEN, 1915, p. 200).

Em comunidade, os homens possuem a característica de se comparar uns aos outros, o que está ligado à propriedade dos bens, ou seja, quanto mais riqueza uma pessoa possui, mais mérito e honra essa pessoa terá. O estilo de vida desses indivíduos possuidores de riqueza material será o desejado pelos membros das classes mais baixas da comunidade. Nas comunidades mais contemporâneas, os membros da classe ociosa possuem hábitos de pensamento que os favorecem e que serão reproduzidos pelos demais membros da comunidade, pelo simples fato da atribuição de honra e prestígio estar ligada à posse de bens. Isso não significa que os hábitos da classe ociosa irão favorecer os membros das classes mais baixas, pelo contrário, são hábitos que perpetuam a manutenção das condições vigentes (VEBLEN, 1915, p. 31-32). A essa característica de reproduzir os hábitos e o modo de vida da classe rica, Veblen (1915) dá o nome de emulação pecuniária.

Para Veblen (1915), é dessa forma que a classe ociosa também se constitui como um elemento de inércia que retarda a evolução. Além das próprias instituições vigentes serem elementos de inércia, já que são formadas por hábitos de pensamento da geração passada que exercem uma pressão conservadora na sociedade, a classe rica ajuda a intensificar e perpetuar essa inércia. Como exposto por Metcalfe (1998), os elementos de inércia possuem a função de barrar as variedades em competição por um tempo suficiente para que seleção natural atue, ou seja, a inércia também é um elemento de seleção. Se olharmos para o conservadorismo da classe rica pela ótica de Metcalfe (1998), ele é um elemento que ajuda na seleção de novos hábitos de pensamento. Não está claro se Veblen (1915) considera o conservadorismo um elemento que ajude na seleção, embora o autor deixe explícito que o conservadorismo é característica que retarda o processo de transformação.

Quadro 1: Síntese da explicação do tipo (ii) aplicada na obra de Veblen.

Elementos da estrutura de análise	Correspondência com elementos das obras de Veblen	Explicação do tipo (ii)
Variação	Instintos, hábitos e instituições	Os instintos são uma dupla fonte de variação (resultante da mistura e sobreposição de cargas instintivas diferentes e das reações às alterações no ambiente). Devido às alterações no ambiente, os hábitos são forçados a mudar, constituindo uma fonte de variação. Os processos de seleção, replicação e adaptação de instituições abrem espaço para a variação, pois esses processos nem sempre ocorrem de forma perfeita.
Seleção	Hábitos e instituições	Os hábitos sofrem as pressões seletivas. As instituições são o resultado da seleção de hábitos dos indivíduos e, também, são responsáveis por selecionar comportamentos através da criação de princípios de conduta.
Replicação	Hábitos, e instituições	Os hábitos são transmitidos e replicados pela próxima geração através da cultura. O mesmo acontece com as instituições. A replicação de instituições entra em conflito com as mudanças no ambiente material da comunidade.
Adaptação	Hábitos e instituições	Os hábitos possuem a capacidade de responder às mudanças do meio, modificando-se e adaptando-se. Por serem formadas por hábitos, as instituições possuem a mesma capacidade. As instituições são resultado de processos adaptativos dos hábitos. Elas não estão completamente adaptadas às situações vigentes, pois são formadas por hábitos passados. Esse fato origina a evolução institucional.

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 1, encontra-se um resumo da aplicação da explicação do tipo (ii) da estrutura de análise na obra de Veblen. Na próxima seção, será exposta a aplicação da última modalidade de explicação proposta por Witt (2014) na teoria de Veblen. A modalidade do tipo (iii) busca explicações sobre a descendência das características, ou seja, sobre comportamentos institucionalizados.

3.3 Explicações sobre a descendência da característica

É possível observar a explicação do tipo (iii), em que Veblen (1915) descreve a formação da classe ociosa. O autor constrói um relato que descreve o comportamento de instintos, hábitos e instituições durante essa formação. Como mencionado anteriormente, a classe ociosa é aquela que não pratica funções industriais na comunidade. As ocupações não industriais da classe ociosa são, em linhas gerais, ligadas ao governo, à guerra, à religião e ao esporte.

As ocupações industriais, para Veblen (1915, p. 7-8), são aquelas que geram frutos para a comunidade, são todas as tarefas relacionadas ao trabalho diário de subsistência que se configuram como trabalho útil. A instituição da classe ociosa surge gradualmente durante a transição de um modo de vida em que há a predominância de um hábito mais pacífico para um modo de vida no qual um hábito mais bélico predomina e há mais conflitos. São duas as condições para o estabelecimento da classe ociosa: (1) a comunidade deve possuir um hábito de vida predatório, baseado na guerra ou na caça de grandes animais, ou ambos; (2) a subsistência da comunidade deve ser possível, de modo que uma parte considerável dessa comunidade possa ficar livre do trabalho diário. A base da instituição da classe ociosa resulta da distinção entre as pessoas que executam diferentes tarefas na comunidade, em que algumas tarefas são consideradas dignas e outras indignas.

Segundo Veblen (1915, p. 13), as ocupações industriais são derivadas do trabalho que, na fase inicial da barbárie, era exercido pelas mulheres. Nessa fase, aos homens cabia a função de caçadores e às mulheres as demais funções rotineiras da comunidade. Ambos os trabalhos contribuía de forma produtiva para com a comunidade. Porém, nesse estágio da cultura, o trabalho masculino não era equiparado ao feminino, ele possuía um grau de importância maior aos olhos da comunidade. O homem não era visto como um trabalhador e a sua ocupação, a caça, não possuía a mesma importância que as monótonas e rotineiras ocupações femininas.

O fundamento dessa distinção entre as ocupações muda conforme a cultura evolui. Isso acontece porque as situações mudam e, conseqüentemente, altera-se o ponto de vista dominante na comunidade e suas instituições. Essa mudança de padrões e pontos de vista é gradual, uma vez que não há o total desaparecimento dos padrões aceitos no passado. A distinção entre as ocupações também é feita de forma habitual e, lembrando que o hábito é passado de geração para geração por

meio da cultura, pode-se dizer que a distinção que se tem hoje entre o trabalho masculino e o feminino é reflexo da distinção que se tinha no tempo da barbárie (VEBLEN, 1915).

A distinção entre os trabalhos masculinos e femininos relacionam-se com a diferença que existia nos grupos primitivos entre exploração e indústria. As atividades da indústria são aquelas que criam coisas novas por meio do manuseio da matéria-bruta. As atividades de exploração são aquelas cujo meio para se atingir o fim desejado é o emprego da força. Nesses dois tipos de atividades pode-se observar a atuação de dois instintos diferentes, o *workmanship* nas atividades da indústria, e um instinto predatório, que se relaciona com as atividades de proeza (VEBLEN, 1915, p. 12-13).

Em razão das características biológicas de homens e mulheres, as atividades de exploração ficam a cargo dos homens, e as de indústria das mulheres. Essas diferenças entre ocupações irão construir tradições e hábitos de conduta e pensamento; assim, os homens preferem exercer as atividades de exploração, por causa do alto prestígio que é atribuído a essas atividades pela comunidade, e repudiam as atividades industriais (VEBLEN, 1915, p.14).

Veblen (1914, p. 19-20) afirma que as características relacionadas com a aptidão e sobrevivência de um grupo de indivíduos desenvolveram-se na fase denominada pelo autor de selvageria, que, apesar do nome, é descrita pelo autor como pacífica. Essas características mencionadas por Veblen (1914, p. 20) são os hábitos de vida dos indivíduos e suas instituições; os instintos já estão presentes na constituição humana definindo os fins das ações. Nessa fase, os grupos não têm uma classe ociosa definida, e sua estrutura social e modo de vida são semelhantes umas às outras em alguns aspectos. Os grupos são pequenos e de estrutura arcaica, pacíficos, sedentários, pobres, e a propriedade privada não é uma característica dominante (VEBLEN, 1915, p. 7). Essa fase corresponde ao período do neolítico (VEBLEN, 1914, p. 69).

Conforme o tempo transcorre, a aptidão e a natureza humana desses grupos vão se modificando em razão das imposições do ambiente e do crescimento da cultura, afastando-se das características iniciais da fase de selvageria, ou seja, o meio impõe novas condições de vida e novos hábitos de pensamento são criados, e, assim, novas instituições se constituem. Os grupos mais jovens, que resultam de misturas e mutações instintivas mais recentes da comunidade, conseguem se adaptar com maior facilidade às novas exigências impostas pelo meio e pelo aumento do grau de complexidade das instituições, o que está relacionado com o crescimento da cultura. Os grupos de conformação mais antiga, frutos de mutações e misturas instintivas anteriores, obtinham sua sobrevivência através de um esquema cultural mais elementar e por causa disso são menos capazes de se adaptar a um esquema cultural avançado com a mesma facilidade dos membros mais jovens (VEBLEN, 1914, p. 20).

Com o desenvolvimento dessas comunidades do período neolítico, segundo Veblen (1915, p. 18-19), há a passagem desse estágio de selvageria pacífica para o

estágio bárbaro, em que o estado de conflito é um traço principal e o modo de vida é predatório. O estágio inicial da fase bárbara relaciona-se com o período em que os indivíduos andavam em pequenos grupos, tribos, no qual a divisão de tarefas era bem definida. O trabalho manual ou as tarefas relativas à subsistência, o trabalho industrial era realizado pelas mulheres, escravos e outras pessoas dependentes, e considerado inferior. Já aos homens eram reservadas as ocupações mais nobres, como a caça, a guerra, os esportes e os rituais religiosos (VEBLEN, 1915, p. 19).

Essa passagem não é abrupta, ela se dá de forma gradual no decorrer da história da comunidade. Isso não significa que no estágio da selvageria pacífica não existissem conflitos e disputas entre os indivíduos, lutas esporádicas e competição entre eles (VEBLEN, 1915, p. 19). O que Veblen (1915, p. 19-20) diferencia nas fases de selvageria pacífica e barbárie são os hábitos de vida que os indivíduos apresentavam nesses dois momentos do processo evolutivo de uma comunidade, ou seja, os instintos que se manifestam nos indivíduos, mais especificamente, qual propensão instintiva sobressai nos diferentes estágios de desenvolvimento da comunidade. No estágio da barbárie, há a presença de um hábito predatório dominante, que julga os fatos e acontecimentos do ponto de vista da luta e que é guiado pela predominância de um instinto predatório.

Na fase pacífica da comunidade, o indivíduo demonstra sua eficiência contribuindo para a sobrevivência do grupo. Os membros do grupo reproduzem os serviços industriais uns dos outros. A emulação será de ocupações industriais. Ao passar para a fase predatória, as condições de emulação mudam. As atividades de proeza são mais valorizadas que as industriais; tudo que indique sinais de proeza será objeto de comparação entre os membros do grupo (VEBLEN, 1915, p. 16).

Veblen (1915, p. 22) assevera que a constituição de uma classe ociosa coincide com o início da propriedade. A primeira forma de propriedade que se originou nas comunidades primitivas é a que os homens possuíam sobre as mulheres e, em seus primeiros estágios, possuía um caráter de troféu. Essa noção de propriedade se estende para a de escravos e também de coisas. Gradualmente, se origina a propriedade sobre os bens, e estes passam a ser os troféus que dão prestígio ao seu possuidor.

Desde a sua origem, a propriedade é um elemento de comparação entre os membros do grupo. Na fase predatória, a propriedade de pessoas, e posteriormente de coisas, era a prova de sucesso e prestígio entre os membros da comunidade. Com o desenvolvimento da cultura, na fase que sucede a fase bárbara predatória, as atividades industriais voltam a se sobrepôr às atividades predatórias na comunidade e nos hábitos de pensamento dos indivíduos. Conforme isso vai se tornando cada vez mais tradicional na comunidade, a acumulação de bens toma o lugar da posse de pessoas como o indicativo de poder e sucesso. Com o desenvolvimento da forma de produção industrial, a riqueza se torna a base habitual de estima entre os indivíduos (VEBLEN, 2015, p. 23-24).

Nesse relato que Veblen (1915) constrói sobre a formação da classe ociosa e sobre a mudança de significado da propriedade, pode-se observar a predominância de

um instinto em relação aos demais na combinação instintiva vigente em cada uma das diversas fases da comunidade. Isso influencia diretamente na formação dos hábitos de pensamento dos indivíduos, que ditam as regras de conduta da sociedade e formam as instituições. Provocado por mudanças no ambiente material da comunidade, outro instinto acaba se sobressaindo e os objetivos finais da combinação dos instintos mudam, resultando em um processo de alterações nos hábitos de pensamento e nas instituições da comunidade. Essa mudança é gradual e lenta, pois enfrenta forças de retenção inerentes ao processo evolutivo, os próprios hábitos de pensamento formados antes da mudança no ambiente. O Quadro 2 apresenta uma síntese da explicação tipo (iii).

Quadro 2: Síntese da explicação tipo (iii) aplicada nas obras de Veblen

Elementos da estrutura de análise	Correspondência com elementos das obras de Veblen	Explicação do tipo (iii)
Variação	Instintos, hábitos e instituições	O meio material favorece que um ou mais instintos se manifestem mais acentuadamente que outros. Conforme a cultura evolui, os hábitos e as instituições mudam para acompanhar a mudança nas circunstâncias. O meio impõe novas condições e novos hábitos e instituições são criadas. Isso abre oportunidades para a manifestação de variação.
Seleção	Hábitos e instituições	Em razão das exigências do meio material, hábitos e instituições são selecionados.
Replicação	Hábitos e instituições	Os padrões habituais de comportamento que se têm hoje são reflexos dos padrões de tempos passados. Com a evolução da comunidade, as condições de replicação mudam. Os indivíduos reproduzem hábitos e instituições por motivos diferentes em cada fase da comunidade.
Adaptação	Hábitos e instituições	As exigências do meio impõem as condições de adaptação dos novos hábitos e instituições. Os membros mais jovens do grupo conseguem se adaptar mais facilmente que os membros mais velhos.

Fonte: Elaboração própria.

4. O múltiplo papel do indivíduo de Veblen na evolução institucional

Para Veblen (1915, p. 188), a evolução da estrutura social é um processo de seleção natural de instituições. As instituições mudam conforme há uma mudança nas circunstâncias em que estão inseridas. Isso ocorre em razão de um crescimento cumulativo dos costumes e hábitos de pensamento, é uma adaptação seletiva de convenções e métodos de vida. As instituições possuem a capacidade de mudar e se adaptarem por causa da sua formação por hábitos. O desenvolvimento das instituições será o próprio desenvolvimento da sociedade.

As situações que os indivíduos enfrentam hoje moldam as instituições do futuro por meio de seleção e coerção. As instituições que temos hoje são herdadas de processos passados, estão adaptadas a circunstâncias passadas, portanto nunca satisfazem completamente as necessidades do presente. O processo de adaptação seletiva de instituições nunca consegue acompanhar as mudanças progressivas nas situações que a comunidade enfrenta. Os hábitos de pensar compartilhados pelos indivíduos no presente tendem a persistir indefinidamente, a menos que novas combinações instintivas que estão latentes nos indivíduos reajam às circunstâncias da vida material. Como mencionado anteriormente, esses hábitos constituem fatores de inércia e conservadorismo (VEBLEN, 1915, p. 190-191).

Veblen (1915, p. 192) argumenta que a estrutura social é capaz de mudar, de se desenvolver e se adaptar em resposta a uma mudança nas situações vigentes. Esse processo acontece através da mudança nos hábitos de pensamentos das diversas classes que formam a comunidade, ou nos hábitos de pensamentos dos indivíduos que pertencem a essa comunidade. A evolução social é um processo de adaptação mental dos indivíduos induzido pela mudança nas circunstâncias externas, que não conseguem tolerar mais hábitos de pensamento adaptados a situações do passado.

Social advance, especially as seen from the point of view of economic theory, consists in a continued progressive approach to an approximately exact "adjustment of inner relations to outer relations"; but this adjustment is never definitively established, since the "outer relations" are subject to constant change as a consequence of the progressive change going on in the "inner relations" (Veblen, 1915, p. 192).

Pelo que foi exposto anteriormente, o indivíduo de Veblen (1915) se comporta de três formas nesse processo: a) ele é um agente da evolução institucional, por meio da mudança de seus hábitos mentais em resposta ao meio; b) ele é um elemento de inércia, ao pertencer a um grupo que ocupa uma posição favorecida na comunidade, tornando-se avesso a mudanças; c) ele reage à evolução institucional como membro da comunidade estratificada.

Os indivíduos são formados por instintos e hábitos e ao mesmo tempo que seus hábitos compartilhados em comunidade formam as instituições, os indivíduos são influenciados por elas. Para Veblen (1914; 1915), os seres humanos são constituídos por elementos de variação, seleção, replicação e adaptação. Os instintos fornecem duas fontes de variação para os indivíduos, uma oriunda da carga genética e outra quando os objetivos finais da combinação de instintos mudam (VEBLEN, 1914).

A questão que fica é: por que os objetivos finais da combinação de instintos mudam, segundo Veblen (1914; 1915)? O que Veblen (1914; 1915) apresenta é que existe a interação entre os indivíduos com o meio em que eles vivem. Essa interação se caracteriza como um processo cumulativo, que pode modificar e alterar o ambiente em que a comunidade está inserida. Essa mudança no ambiente pode transformar as exigências materiais e isso exige uma readaptação nos objetivos finais dos instintos. A necessidade dos indivíduos de readaptar seus objetivos finais, para os quais os instintos são canalizados, é uma fonte de variação que surge da interação dos seres humanos com o meio em que vivem e esse é um fenômeno endógeno à comunidade.

Fenômenos exógenos à comunidade também podem alterar as condições com o meio e exigir que o conjunto de instintos readéque seus fins, ou ainda, que um instinto se sobressaia aos demais. Alguns desastres podem alterar o meio e as necessidades materiais, exigindo que os indivíduos respondam diferentemente do que estão habituados. Os fins da conjunção de instintos se modificam, ou um instinto se torna mais necessário que os demais, e isso abre a oportunidade para a variação comportamental (VEBLEN, 1914; 1915).

A repetição de formas e meios empregados para atingir os diversos fins determinados pelos instintos constitui os hábitos de vida dos indivíduos. A constituição dos hábitos de vida também depende da interação dos indivíduos com o meio, pois os hábitos são respostas aos instintos. Em comunidade, os hábitos dos indivíduos são selecionados. Essa seleção leva em consideração as necessidades impostas pelo ambiente da comunidade e pelo meio material (VEBLEN, 1914; 1915).

A adaptação dos hábitos mentais selecionados corresponde à institucionalização dos hábitos na comunidade. As instituições são os hábitos que passaram por processos seletivos e adaptativos. Metcalfe (1998) destaca que existe a presença de elementos interadores e replicadores que auxiliam na preservação da variação; os primeiros têm a função de fazer com que a replicação não seja perfeita.

Em Veblen (1915), as instituições também são elementos de variedade comportamental. Por causa do ambiente da comunidade, as situações materiais, as instituições podem favorecer um tipo de comportamento em detrimento de outros. Segundo Veblen (1915), seleção e adaptação de hábitos são processos simultâneos que geram a variação, que aparece na gama de comportamentos e hábitos que serão selecionados. Veblen (1915) afirma que existe variação causada pela adaptação das

características selecionadas, o que indica que a adaptação não é perfeita, preservando a variedade. Portanto, no processo de adaptação das instituições pode haver interação das instituições com o meio. O meio e as condições materiais são fatores que influenciam na adaptação de instituições.

Como foi exposto anteriormente, as mudanças no ambiente da comunidade geram nos indivíduos a necessidade de readaptar seus hábitos de pensamento e de vida. Os hábitos dos indivíduos nunca estão completamente adaptados às condições atuais, pois foram formados e estão moldados às exigências das situações anteriores. Esse conflito entre instituições formadas por hábitos adaptados a situações passadas e as novas necessidades do meio, que exigem uma nova adaptação dos hábitos dos indivíduos, se configura em um processo cíclico (VEBLEN, 1915).

Os indivíduos ocupam uma posição central nesse processo. Eles formam as instituições por meio de seus hábitos de pensamento compartilhados em sociedade, que são guiados pelos seus instintos. Isso está relacionado com o fato de, segundo Veblen (1915), os seres humanos são agentes devido a uma necessidade seletiva. Os indivíduos percebem-se como figuras centrais no desenvolvimento de atividades teleológicas. Para Veblen (1915), os indivíduos são agentes que buscam, em cada ato, a realização de um determinado objetivo. Para Hodgson (1998), a agência humana de Veblen é fundamentada nos hábitos e instintos.

Segundo Camic e Hodgson (2011), Veblen acreditava que as instituições afetam as vontades e os desejos dos indivíduos e que os processos sociais operam por meio dos indivíduos. As instituições são o resultado da conduta dos indivíduos membros de grupos; é pela experiência deles que as instituições surgem. Os indivíduos são essenciais para a teoria de Veblen, porém não são o único elemento explicativo dessa teoria. No fenômeno da evolução institucional, pode-se constatar a participação e influência do ambiente nesse processo. Nas palavras de Camic e Hodgson (2011), Veblen via as instituições sociais e a agência dos indivíduos como mutuamente constitutivas.

As instituições, também, moldam os indivíduos. Elas são fatores de seleção de comportamentos, podendo se impor aos indivíduos como forças coercitivas (VEBLEN, 1915). Portanto, os indivíduos constroem as instituições pelos seus hábitos de pensamento e, ao mesmo tempo, são moldados por elas. As instituições são elementos seletivos e adaptativos de comportamentos. Essas características permitem que elas sejam forças de seleção que se impõem aos indivíduos.

Em grupo, os seres humanos podem apresentar um comportamento avesso à mudança e, até mesmo, atuam para barrá-la. Veblen (1915) apresenta o caso dos membros que compõem a classe ociosa. Esses indivíduos ocupam uma posição favorecida, tanto econômica quanto favorecida pela sociedade. Possuem segurança econômica e, em razão disto, são vistos pelos demais membros como indivíduos que possuem um status superior, portanto seus hábitos de pensamento e instituições são vistos pela comunidade como respeitáveis (VEBLEN, 1915).

Esse grupo de indivíduos que constitui a classe ociosa deseja manter sua posição na comunidade e, por essa razão, é avesso a mudanças. Os indivíduos da classe ociosa exercem uma pressão conservadora na sociedade por intermédio de seus hábitos e instituições que são reproduzidos pelas demais classes pelo fato de serem considerados honoríficos e respeitosos. Essa replicação se dá de forma imperfeita, o que abre caminho para a variedade comportamental e para o conflito entre necessidades impostas pelo ambiente e pelas instituições (VEBLEN, 1915).

Essa característica dos indivíduos que pertencem a um grupo favorecido e desejam manter sua posição também reflete o caráter de agente (VEBLEN, 1915). Essa ideia de ser humano agente de Veblen (1915) converge com o fator intencionalidade do processo evolutivo social que é exposto por Metcalfe (1998) e Witt (2014). Os seres humanos são capazes de aprender, de acumular conhecimento sobre os diversos processos. Esse fator é uma das razões para a evolução social ser mais rápida do que a biológica. A evolução social não é um processo puramente aleatório como a biológica, uma das razões é a participação dos indivíduos nesse processo; eles estão diretamente associados à intencionalidade.

Para Hodgson (1998), o argumento de Veblen é que os seres humanos são capazes de moldar suas circunstâncias, da mesma forma que são moldados por elas. Os seres humanos e o meio são resultados de processos evolucionários. Veblen concebe os indivíduos tanto em termos biológicos quanto socioeconômicos. Os indivíduos são seres biológicos e sociais e seu caráter biológico não deve ser ignorado.

No processo evolutivo da sociedade, segundo o que foi apresentado por Veblen (1914; 1915), o indivíduo possui o papel de agente; ele atua na construção do processo por meio de seus instintos e hábitos de pensamento. Mesmo quando ele age em grupo para barrar a mudança, ele está exercendo seu caráter de agente. O indivíduo possui um papel mais passivo, em que as instituições restringem e moldam seu comportamento. A todo o momento, na definição dos objetivos dos seus instintos, na construção de hábitos e nas instituições, o indivíduo interage com o meio em que vive.

5. Considerações finais

Este trabalho buscou responder qual é o papel do indivíduo na evolução institucional de Veblen, tendo por base as características da Teoria Econômica Evolucionária identificadas por Witt (2014), Potts (2003) e Metcalfe (1998). O objetivo principal foi o de discutir o papel do indivíduo na evolução institucional para Veblen.

Para tanto, construiu-se uma estrutura analítica que englobasse as características fundamentais de uma teoria econômica evolucionária. Foram usados

os estudos de Witt (2014), Potts (2003) e Metcalfe (1998), bem como a proposta ontológica de Dopfer e Potts (2004; 2008): o Realismo Evolucionário.

Ao investigar as obras de Veblen, *Instinct of Workmanship* e *The Theory of Leisure Class*, tendo por base a estrutura analítica, constata-se que o indivíduo se comporta de três formas na evolução institucional. Ele pode ser agente da evolução institucional com seus hábitos de pensamento que são fatores de variação, seleção, replicação e adaptação, e que constroem as instituições.

Por outro lado, o indivíduo possui um papel passivo na evolução institucional. As instituições também são fatores de variação, seleção, replicação e adaptação, sendo capazes de selecionar os comportamentos, portanto os indivíduos também são moldados pelas instituições. As instituições constituem e são constituídas pelas pessoas.

Os indivíduos podem exercer uma pressão conservadora que retarda a transformação. Esse fenômeno acontece quando as pessoas pertencem a subgrupos em uma estratificação social. Isso também é exercer um papel de agente, só que sua atuação é para conservar uma institucionalidade.

O múltiplo papel do indivíduo em Veblen, ora agente adaptativo e ser instintivo, ora agente institucionalizado, pode ser concebido científica e teoricamente quando se incorpora na estrutura teórica a explicação do tipo (iii). Esse tipo de explicação torna possível conceber a história de processos adaptativos que são, também, interativos, e nos quais a seleção, adaptação e replicação são imperfeitas, abrindo caminho para a geração de nova variação. Uma ontologia (e epistemologia) evolucionária permite criar teorias científicas nesses moldes.

Por meio da estrutura de análise, verifica-se que o indivíduo de Veblen é um elemento de interação com o meio no qual atua de diferentes formas durante o processo evolutivo. A modalidade do tipo (iii) permite conceber que o indivíduo adote diferentes papéis durante um processo evolutivo. Ele pode tanto promover transformação institucional quanto se associar a um grupo e atuar para barrá-la. Assumindo essas condutas, o indivíduo manifesta características de variação comportamental, seleção, adaptação e replicação.

A explicação do tipo (iii) também torna possível observar que ao longo de um processo os indivíduos têm seu comportamento moldado pelas instituições. Isso significa que sua conduta foi selecionada e passou por um processo de adaptação e, posteriormente, será replicada. Esses processos não ocorrem de forma perfeita, o que abre espaço para a variação e para a continuidade da evolução.

Referências

BRADIE, M. Evolutionary Epistemology. In: DAVIS, J. B; HANDS, D. W; MÄKI, U. *The Handbook of Economic Methodology*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 1998. p 167-170.

CAMIC, C; HODGSON, G, M. *Essential Writings of Thorstein Veblen*. New York: Routledge, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203847572>

CERQUEIRA, H. E. A. G. A. *Economia Evolucionista: um Capítulo Sistêmico da Teoria Econômica? Análise Econômica*, nº 37, 2002.

COASE, R. *The New Institutional Economics*. Journal of Institutional and Theoretical Economics, 140, 1984.

DAVIS, J. B. Ontology. In: DAVIS, J. B; HANDS, D. W; MÄKI, U. *The Handbook of Economic Methodology*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 1998. p. 343-346.

DEMO, P. *Introdução à Metodologia da Ciência*. São Paulo: Atlas, 1987.

DEQUECH, D. *Neoclassical, Mainstream, Orthodox and Heterodox Economics*. Journal of Post Keynesian Economics, v. 30(2), 2007. DOI: <https://doi.org/10.2753/PKE0160-3477300207>

DOPFER, K. *Evolutionary Economics*. Papers on Economic and Evolution, 1308, 2013.

DOPFER, K. POTTS, J. *Evolutionary Realism: a New Ontology for Economics*. Journal of Economic Methodology, v. 11:2, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/13501780410001694127>

DOPFER, K. POTTS, J. *The General Theory of Economic Evolution*. New York: Routledge, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203507407>

HAMILTON, W. H. *Institution*. Journal of Institutional Economics, 1: 2, 2005.

HODGSON, G. *Evolutionary Economics*. In: DAVIS, J. B; HANDS, D. W; MÄKI, U. *The Handbook of Economic Methodology*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 1998. p. 160-167.

HODGSON, G. M. *On the Evolution of Thorstein Veblen's Evolutionary Economics*. Cambridge Journal of Economics, v. 22, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a013726>

HODGSON, G. M. *Darwinism in economics: from analogy to ontology*. Journal of Evolutionary Economics, v. 12, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00191-002-0118-8>

HULL, D. L. *Individuality and Selection*. Annual Review of Ecology and Systematics, v. 11, 1980. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.es.11.110180.001523>

MARX PLANCK INSTITUTE OF ECONOMICS. Disponível em <<http://www.econ.mpg.de/english/staff/evo/witt>> Acesso em: 16 de jun.2016.

METCALFE, J. S. *Evolutionary Economics and Creative Destruction*. London: Routledge, 1998. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203275146>

NEALE, W. C. *Institutions*. Journal of Economic Issues, v. 21, n. 3, 1987. DOI: <https://doi.org/10.1080/00213624.1987.11504700>

NELSON, R. *Evolutionary social science and universal Darwinism*. Journal of Evolutionary Economics, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00191-006-0025-5>

NELSON, R; WINTER, S. *An Evolutionary Theory of Economic Change*. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press, 1982.

POTTS, J. *Evolutionary Economics: An Introduction to the Foundation of Liberal Economic Philosophy*. Discussion Paper, nº. 324, 2003.

ROYAL MELBOURNE INSTITUTE OF TECHNOLOGY. Disponível em <<http://www.rmit.edu.au/contact/staff-contacts/academic-staff/p/potts-professor-jason>> Acesso em: 16 de jun.2016.

RUTHERFORD, M. *Institutional Economies: Then and Now*. The Journal of Economic Perspectives, v.15, n.3, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1257/jep.15.3.173>

STOELHORST, J. W. *Darwinian Foundations for Evolutionary Economics*. Journal of Economic Issues, v. 42, n. 2, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/00213624.2008.11507150>

THE UNIVERSITY OF MANCHESTER (MANCHESTER). Disponível em: <<http://www.manchester.ac.uk>> Acesso em: 20 de jun.2016.

TINBERGEN, N. *On aims and methods of ethology*. Zeitschrift für Tierpsychologie, 20, 1963. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1439-0310.1963.tb01161.x>

VEBLEN, T. *Why is Economics not an Evolutionary Science?* The Quarterly Journal of Economics, v. 12, 1898. DOI: <https://doi.org/10.2307/1882952>

VEBLEN, T. *The Instinct of Workmanship: And the State of the Industrial Arts*. New York: B. W. Huebsch. 1914.

VEBLEN, T. The Preconceptions of Economic Science III. In: VEBLEN T. *The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays*. New York: B. W. Huebsch, 1919, 148-179.

VEBLEN, T. *The Theory of the Leisure Class: An Economic Study of Institutions*. New York: The Macmillan Company, 1915.

WITT, U. *The Future of Evolutionary Economics: Why Modalities Matter*. The Journal of Economics and Evolution, v. 10: 4, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1744137414000253>

ZUANON, A. C. A. *Instinto, etologia e a teoria de Konrad Lorenz*. Ciência & Educação, v.13, n.3, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132007000300005>

Recebido em 21.03.17
Aprovado em 24.07.18